

**“Filho do rei de Portugal”? Considerações sobre o conflito e a prisão de
Gungunhana, soberano nguni do Reino de Gaza, em Chaimite, sul de
Moçambique, no ano de 1895.**

GABRIELA APARECIDA DOS SANTOS¹

Em fevereiro de 2006, a revista portuguesa *Magazine: Grande Informação* veiculou, em seu número 03, a reportagem intitulada “Senta-te! A história secreta da ascensão e queda do imperador vátua”, sobre a prisão de Gungunhana em Chaimite no ano de 1895.² Identificado no texto como “*um filho do rei de Portugal, assim como já haviam sido o seu avô Manukusse e o seu pai Muzila*”, Gungunhana foi soberano nguni do Reino de Gaza entre 1884 e 1895.³

Ao longo de nove páginas, a reportagem de Sílvia Fernandes, acompanhado de fotos de Gil Garcia, conta em detalhes a cerimônia conduzida pelo orador, o coronel Américo José Henriques, que assinalou os 110 anos da batalha de Chaimite, celebrada a 28 de dezembro de 2005 no Museu Militar, em Lisboa, na qual estiveram presentes, “*sentados lado a lado, os descendentes de Gungunhana e de Mouzinho de Albuquerque, o imperador africano detido e o oficial português que o deteve*”. Segundo o texto da reportagem,

¹ Pesquisadora do Núcleo de Estudos Africanos: Cultura e Historiografia, do Laboratório de Teoria da História (LabTeo) do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

² FERNANDES, Sílvia. “Senta-te: A História Secreta da Ascensão e Queda do Imperador Vátua”. In: *Magazine: Grande Informação*. Magazine S.A.: Lisboa, fev. 2006, p.100-109. Disponível em: <http://www.magazine.com.pt/new/modules/articles/article.php?id=51>. Acesso em 12.08.2010. A revista, mensal, foi editada entre 2006 e 2009, com tiragem de 8.500 exemplares, de acordo com a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação, e vendida a cerca de 3 euros.

³ A origem do seu domínio, que se estendeu pelo sul de Moçambique, está associada à migração dos nguni que, na década de 1820, se deslocaram da região próxima à colônia inglesa de Natal em direção à Baía de Lourenço Marques, expandindo-se até o vale do Zambeze. Na história de Gaza, Manicusse [ou Manukusse] é considerado o fundador do reino e primeiro soberano (1821-1858), seguido por seus filhos, Mawewe (1858-1862) e Muzila (1862-1884). Ao longo da matéria, Gaza é referido como “império”. Para uma discussão sobre o termo e a opção por “reino”, ver SANTOS, Gabriela Aparecida dos Santos. **Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)**. São Paulo: Alameda, 2010.

um cenário que muitos defendem ser possível apenas entre os portugueses, cujos laços amigáveis criados com os povos em tempos colonizados prescindem de teorias, estudos e discursos políticos, podendo ser facilmente testemunhados em momentos como este.⁴

Na reportagem, que segue e reproduz trechos do discurso pronunciado pelo orador na ocasião, a reconstituição histórica obedece, em linhas gerais, a um traçado no qual a existência de Gaza é incorporada à existência de Portugal, fundada na sua ação e dependente de sua ajuda. Assim, sua sorte e destino são definidos, sempre, em relação às “*alianças estratégicas*” com o rei de Portugal que teriam permitido Manicusse estender seu império do Zambeze a Lourenço Marques; Muzila derrotar o irmão Mawewe e assumir o poder; e Gungunhana se manter imperador.

Uma relação auspiciosa, mas ameaçada por ingleses e colonos sul-africanos, interessados nos portos de Lourenço Marques e Beira, localizados nos domínios de Gaza e essenciais para o escoamento de matérias-primas do Transvaal. É nesse ponto que, reproduzindo o discurso de Américo José Henriques, a matéria jornalística atribui o conflito que resultou na prisão em 1895 às manobras estrangeiras de atrair Gungunhana para sua esfera de influência: “*é a intriga internacional que faz com que Gungunhana atraia os acordos que mantinha com a coroa portuguesa.*”⁵

Através de constantes “*embaixadas*”, nomeadamente inglesas e alemãs, enviadas para junto do imperador africano, a relação com os portugueses é “*envenenada*”, de modo que, instigados por forças estrangeiras, “*os guerreiros vátuas atacam a linha dos caminhos-de-ferro às portas de Lourenço Marques*”, expondo Portugal como “*uma potência fragilizada*”, incapaz de garantir a segurança das “*populações não negras da região*” e do transporte de mercadorias.⁶ É então que o rei decide reagir, enviando António Ennes para Moçambique como comissário régio, com plenos poderes civis e militares.

De acordo com o orador, António Ennes decidiu criar uma série de pontos fortificados, “*apertando aos poucos o cerco a Gungunhana*”. Formadas as colunas que avançavam para o interior do continente ao longo das margens de três rios – a sul, o

⁴ FERNANDES, op. cit., p.103.

⁵ HENRIQUES, Américo José. apud FERNANDES, loc. cit.

⁶ FERNANDES, loc. cit. De acordo com Ennes, “*vátuas é corrupção de bathuas, nome ronga dos mangune ou ngon.*” ENNES, António. **Guerra d’África em 1895: memórias**. Lisboa: Typographia do “Dia”, 1898, p.45.

Incomati; no centro, o Limpopo; e mais ao norte, o Inharrime –, as tropas portuguesas passaram a enfrentar “*assaltos violentíssimos*” de Gaza, como na batalha de Marracuene, em 02 de fevereiro de 1895. Derrotadas, as “*forças vátuas*” de Mazulo e Matibejana, “*dois dos régulos mais importantes da região*”, se dispersaram e seus comandantes fugiram para Manjacaze.⁷

Ao Gungunhana exigiu-se a entrega dos fugitivos, também “*envolvidos no ataque ocorrido em 1894 contra a linha-férrea*”, mas, diante da recusa, o governo organizou uma “*expedição punitiva*”, à qual se seguiram as batalhas de Magul e Coolela, com as tropas portuguesas vitoriosas, em meio à fuga do próprio soberano nguni.⁸

De volta a Portugal para apresentar seu relatório ao rei, Ennes criou, antes de partir, um novo distrito, o de Gaza, nomeando como governador Mouzinho de Albuquerque, que integrava a coluna que seguia pelo rio Inharrime. Com ordens expressas de capturar Gungunhana, Mousinho seguiu determinado em sua “*campanha para tentar apanhar o ‘Leão de Gaza’*”, até que um dia, “*num dos pontos fortificados ao longo da linha do Limpopo, surge um indígena de nome Hassane, com uma informação valiosa: Gungunhana está escondido em Chaimite, panteão vátua, onde se encontram enterrados o seu avô, Manukusse e o seu pai, Muzila*”.⁹

Com a “*ousadia de oficial branco*” Mousinho, mesmo sem tropas suficientes para “*empreender um ataque massivo ao último reduto vátua*”, chegou em Chaimite a 28 de dezembro de 1895:

Quando Gungunhana sai da sua palhota, Mousinho ordena que lhe amarrem as mãos. Depois exige que Gungunhana se sente no chão, algo impensável para um imperador. Perante a recusa deste, afirmando que o chão estava sujo, Mousinho obriga-o a sentar-se à força como sinal de submissão. Assim foi capturado o temido “*Leão de Gaza*”.¹⁰

O texto de Sílvia Fernandes conclui a narrativa com a observação do orador de que

⁷ FERNANDES, op. cit., p.104.

⁸ FERNANDES, loc. cit.

⁹ FERNANDES, loc. cit.

¹⁰ FERNANDES, op. cit., p.105.

a captura de Gungunhana foi trágica, mas teve de ser. Sobretudo porque a situação do ponto de vista internacional era tão precária para Portugal que nós tínhamos que mostrar aos estrangeiros, com determinação e até com uma certa crueldade, a nossa posição ou eles não nos aceitavam.¹¹

Terminada a apresentação do coronel Américo José Henriques com “*esta é a verdade de 1895*”, Maria Júlia e Maria Manuela, bisnetas de Gungunhana; Miguel Sanches Baêna, descendente de Mousinho de Albuquerque, e ainda os “*descendentes do régulo Matibejana, vindos propositadamente dos Açores para esta cerimônia*” brindaram, “*ao sabor de um Porto*”, aos seus antepassados.¹²

Organizada dessa forma, a reportagem responde à questão levantada na introdução – “*O que aconteceu para que este ‘filho do rei de Portugal’ [Gungunhana], admirado e respeitado tanto pelas tribos nativas como pelas potências estrangeiras da altura, tenha sido capturado e enviado para Lisboa onde foi humilhado e vergonhosamente exposto à população após a sua chegada?*” – e cumpre o percurso traçado no título: “*Senta-te! A história secreta da ascensão e queda do imperador vátua*”. Iludido por interesses contrários aos portugueses, abandonando compromissos firmados e rompendo antigas lealdades, Gungunhana teria quebrado a fidelidade prometida, empenhando a segurança e estabilidade de seu próprio império. E, assim, o “*Senta-te*” converte-se em epílogo a recapitular o desfecho de escolhas que determinaram o destino dramático do “*imperador africano*”.

Sem o exame do texto como um discurso, no entanto, não se pode apreender integralmente a sistemática subjacente à forma como o conflito de 1895 foi apresentado e manejado ao longo da reportagem.¹³ Como assinala Edward Said, “*as ideias, as culturas e as histórias não podem ser seriamente compreendidas ou estudadas sem que sua força ou, mais precisamente, suas configurações de poder também sejam estudadas*”.¹⁴ Dessa forma, deve-se destacar o parágrafo inicial que atribui um caráter excepcional ao encontro, ao mesmo tempo em que o justifica: “*um cenário que muitos*

¹¹ HENRIQUES, Américo José. apud FERNANDES, loc. cit.

¹² FERNANDES, loc. cit.

¹³ Emprega-se aqui a noção de *discurso* a partir de Michel Foucault. FOUCAULT, Michel **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 e **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

¹⁴ SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.32.

defendem ser possível apenas entre os portugueses, cujos laços amigáveis criados com os povos em tempos colonizados prescindem de teorias, estudos e discursos políticos, podendo ser facilmente testemunhados em momentos como este".¹⁵

Escrito pela repórter Sílvia Fernandes, o sentido se repete na fala do orador Américo José Henriques em outras passagens que remontam à relação entre portugueses e africanos, como ao final da apresentação:

a nossa filosofia de colonização foi sempre branda e a ideia deles [estrangeiros] era violenta. E nós tivemos também que ser violentos para eles nos respeitarem. Os estrangeiros, não os nativos, que esses sempre nos conheceram da mesma maneira.¹⁶

A ideia de uma especificidade do trato português na relação com os africanos, embora mais antiga, adquiriu forma e ganhou força com a aprovação do Ato Colonial em 08 de julho de 1930. Sendo António de Oliveira Salazar o ministro interino das Colônias, o documento de valor constitucional reafirmava a soberania portuguesa no ultramar, atribuindo-lhe um caráter permanente e irrevogável e destacando como essência orgânica da nação portuguesa "*a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam*".¹⁷

A noção de nação assim conjugada à de império¹⁸ completava-se com uma alegada aptidão do colono português – "*exemplo de audácia fria, de desprezo pelo perigo, de indiferença pelo sofrimento, de sobriedade, de persistência no trabalho, de amor à terra*"¹⁹ – e sua capacidade única para lidar com os africanos, marcada pela tolerância e pela benevolência. Sobre esta base ideológica, o Estado Novo (1933-1974) desencadeou nos anos trinta uma vasta campanha objetivando a criação de uma mentalidade imperial junto ao povo português por meio de conferências, publicações, exposições e mesmo do ensino.

¹⁵ FERNANDES, op. cit. 103.

¹⁶ HENRIQUES, Américo José. apud FERNANDES, op. cit., p.105.

¹⁷ ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)**. Porto: Edições Afrontamento, 2000, p.188.

¹⁸ Segundo Valentim essa doutrina não era nova: "*Por razões históricas, o projeto imperial aparece em Portugal ligado à necessidade de preservar a imagem da nação, mantendo a 'herança sagrada' provinda dos anos de ouro das Descobertas, e de salvaguardar a sua própria independência, face ao poder da Espanha no conjunto da Península Ibérica*", ALEXANDRE, op. cit., p.198.

¹⁹ Ibidem, p.189.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), entretanto, a propaganda imperial portuguesa passou a enfrentar uma crise de legitimidade, que atingiu os colonialismos como um todo, com a afirmação do princípio de autodeterminação dos povos e a descrença na superioridade e na missão tutelar das nações europeias sobre as raças consideradas “inferiores”. Diante da ameaça de agravamento na contestação ao colonialismo, o governo português alterou, em 1951, seus fundamentos jurídico-institucionais, substituindo a ideia imperial do Ato Colonial por uma concepção onde as colônias se transformavam em “províncias ultramarinas”, formando com a metrópole uma nação una.²⁰

Nesse novo contexto, o regime assumiu como doutrina oficial a teoria formulada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, segundo a qual as relações dos portugueses com os povos das regiões tropicais seguiam um modelo específico, baseado na “*compreensão e na adesão aos seus valores, dando origem, por interpenetração cultural e biológica, a um todo integrado, uma verdadeira ‘civilização luso-tropical’*”.²¹ Atribuindo uma pretensa base científica à ideia de especificidade da presença portuguesa em África, a teoria oferecia ao regime uma forma de se defender das pressões internacionais.

Na esteira das propagandas que buscavam exaltar o império português formou-se, em 1955, a Comissão Nacional para as Comemorações do Nascimento de Mouzinho de Albuquerque, tomado como exemplo de valor, nobreza e valentia. As homenagens envolveram o Exército, personalidades acadêmicas e da vida política, jornalistas e emissoras de rádio, que divulgavam Mousinho “*como o herói que renovou os grandes feitos portugueses do passado na época moderna*” e herdeiro “*do ‘gênio lusitana da expansão’ e ‘de fé civilizadora, de coragem temerária, de tenacidade bandeirante’*”.²² As comemorações terminaram em 1958, mas em Moçambique: “*cenário onde Mouzinho de Albuquerque melhor serviu a Portugal*”, nas palavras do general Francisco Higinio Craveiro Lopes, então presidente da República Portuguesa.²³

²⁰ Ibidem, p.194.

²¹ Ibidem, p.195.

²² BARRETO, Isabel de Souza Lima Junqueira. **Mouzinho de Albuquerque e Ngungunhana: um estudo de caso do processo de construção de heróis nacionais em Portugal e Moçambique**. Rio de Janeiro, 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p.67.

²³ Ibidem, p.63.

A associação com 1895 era clara: ocorrendo na sequência de um nacionalismo exacerbado pelo *Ultimatum*, o conflito foi tomado em Portugal como sendo capaz de por à prova suas posições na África e, por isso, a “vitória sobre o império vátua”, com a “captura” e a prisão de Gungunhana, assumiu um caráter simbólico de reafirmação do valor nacional. E se, mais uma vez, a pressão externa fazia-se sentir, tornava-se fundamental recuperar a memória de “feitos passados” que legitimavam no tempo a grandeza da nação, concebida sob o signo da unidade e indivisibilidade do território que a constituía.²⁴

Ao revisitar o conflito de 1895 sob a perspectiva de Mousinho de Albuquerque, o texto da reportagem filia-se a regularidades e formações discursivas fundadas na celebração do caráter português de colonização, ainda que hoje o Estado não seja mais colonial e o culto à sua personalidade esteja a cargo do exército português que o elegeu patrono da cavalaria. O acento na ingerência externa como fonte do conflito entre Gaza e Portugal pode agora ser lido em seu anverso: o de reafirmar uma relação entre africanos e portugueses assente, naturalmente, na confluência de interesses, compreensão e auxílio mútuos – o que as fotos, apresentando os descendentes de Gungunhana e Mousinho lado a lado e em conversa, confirmariam.

Se, na apresentação que faz de si, a revista afirma-se como uma publicação destinada a “*reconciliar os portugueses com o seu passado, dar-lhes algum conforto no presente e transmitir esperança para o futuro*”, o texto da reportagem conforma-se, então, como um discurso que busca harmonizar conflitos, fundando na própria natureza da ação portuguesa a possibilidade de se retomar a prosperidade de épocas idas. Mas, se como discurso a reportagem responde ao propósito de “*reconciliar os portugueses com o seu passado*”, resta examinar a correspondência com a experiência concreta do colonialismo português em Moçambique no século XIX e se o percurso delineado, ajustado à afirmação do orador de que “*esta é a verdade de 1895*”, resiste ao exame da história.

²⁴ O *Ultimatum* consistiu na representação que a Inglaterra dirigiu a Portugal em 11 de janeiro de 1890 de modo a forçar a “*retirada da expedição que, sob o comando de Serpa Pinto, subia o rio Chire, em direção ao Lago Niassa – uma zona sensível, cuja soberania Portugal reclamava, mas onde estavam já estabelecidas várias missões escocesas (...). Mas esta visa igualmente um objetivo mais vasto – o de paralisar a ação de várias expedições portuguesas ao interior do continente, determinadas em 1888 pelo governo de Lisboa...*”. ALEXANDRE, op. cit., p.147.

A observação de que Manicusse estendeu seu império através de “alianças estratégicas, entre as quais com o rei de Portugal” não consta em obras que tratam da expansão nguni²⁵ – e destacam ações e estratégias próprias ao grupo junto às populações locais – nem na bibliografia sobre o colonialismo português em Moçambique no século XIX.²⁶ Por outro lado, a documentação do período revela uma relação em geral conflituosa, com ataques e hostilidades à presença portuguesa, até que sucessivas negociações restabeleciam a paz, em geral obtida pelo pagamento de tributos como panos, gado e marfim.

Esse sentido aparece em fontes diversas, como no manuscrito anônimo, mas atribuído a António José Nobre, gerente da Companhia Comercial de Lourenço Marques, em que são descritos os acontecimentos ocorridos na cidade entre 26 de julho de 1833 e 12 de julho de 1834, envolvendo a morte de Dionísio Ribeiro, então governador de Lourenço Marques. Em meio à falta de abastecimento por navio da Companhia, que desde agosto de 1832 não aportava em Lourenço Marques, António Nobre decidiu, em novembro de 1833, enviar a Inhambane um portador, acompanhado por dois homens, “para comunicar o lamentável estado em que se achava a feitoria e pedir ao feitor que mandasse, quanto antes, socorros em fazendas e mantimentos, pois nessa época precisávamos de tudo”.²⁷

A seguir a narrativa, no entanto, os dois homens regressaram no dia 12, contando que “tinham sido apanhados pela gente do rei Changane (...) que os deixaram regressar à feitoria para obter, em determinado prazo, um resgate sem o qual, findo esse prazo, matariam infalivelmente o patamar”.²⁸ Diante da ameaça, o agente da

²⁵ NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Lisboa: Europa-América, 1997; SERRA, Carlos (org.) **História de Moçambique**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História e Tempo Editorial, 1982, vol.1: Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886); RITA-FERREIRA, António. **Etno-História e Cultura Tradicional do Grupo Angune (Nguni)**. Lourenço Marques: Memórias do Instituto de Investigações Científicas de Moçambique, 1974.

²⁶ BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, vol. IV; VALENTIM, op. cit.; VILHENA, Maria da Conceição. **Gungunhana: Grandeza e decadência de um Império Africano**. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

²⁷ A GUERRA dos Reis Vátuas do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e Demais Reinos Vizinhos contra o Presídio da Baía de Lourenço Marques. Maputo: Arquivo Histórico Nacional / Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1986, p.60. O documento, segundo introdução escrita Gerhard Liesegang, que discute e atribui a António Jose Nobre a autoria, foi escrito entre 1835 e 1836.

²⁸ *Changane* era como Manicusse se chamava até cerca de 1840, quando adotou a segunda forma. RITA-FERREIRA, op. cit., p.134. Já *patamar* designa o funcionário de uma empresa que é encarregado de

Companhia Comercial “*despachou imediatamente os homens com o resgate a fim de libertar o patamar o qual, poucos dias depois, apareceu na Feitoria despojado da correspondência que levava e de tudo quanto lhe tinha sido dado para comer pelo caminho*”.²⁹

Se na década de 1830 a relação não se revelava amistosa, a mesma disposição parece ter se mantido nos anos seguintes, como sugere outro documento, “Memória de Sofalla”, escrito por João Julião da Silva, com data de 1844, e oferecido ao governador geral da província de Moçambique, Rodrigo Luciano de Abreu Lima. Como antigo funcionário da vila, o autor lembrou a “*invasão dos Vátuas, Muava, e Manicussi*”, descrevendo eventos ocorridos entre 1840 e 1842 na região de Quissanga, localizada no entorno da vila de Sofala:

Não somente Manicusse, mas dous filhos d'elle, Muzira, e Guvecuve tem mandado partidas de gente conquistar estas terras [de Quissanga]: o primeiro para soberania dellas; e os outros fazerem patrimônios para si, e se enriquecerem, elles e seus comandantes com os saques, e tributos que impõem; e desta maneira Muzira tomou para si o nosso prazo Mambone, e suas anexas; e Manicusse os restantes, não deixando de padecer os mesmos vexames os habitantes das nossas terras incluzivamente Dendira suburbio desta villa [de Sofala].³⁰

Nas fontes, o contato entre forças ngunis e autoridades portuguesas surge, assim, alheio àquele que, segundo a reportagem, era regulado por “*alianças estratégicas*”. Se por “aliados” designamos aqueles que se ligam na defesa de uma mesma causa ou no ataque ao inimigo comum, entre Manicusse e o rei de Portugal interpunha-se a defesa de interesses muito próprios que os afastavam de uma posição nesse sentido. Em especial, no curso de uma expansão na qual o soberano nguni buscou incluir na sua esfera de poder não apenas as autoridades africanas locais, mas também os próprios portugueses.

De acordo com o texto de Sílvia Fernandes, a morte de Manicusse, em 1858, deu início a um período de guerra em que Muzila disputou o poder com um irmão e foi

fazer a entrega de cartas e despachos. INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

²⁹ Ibidem, p.60-61.

³⁰ SILVA, João Julião. “Memória sobre Sofalla offerecida ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Rodrigo Luciano de Abreu de Lima Governador Geral da Provincia de Moçambique”. In: FELICIANO, José Fialho; NICOLAU, Victor Hugo. (ed.) **Memórias de Sofala: Etnografia e História das Identidades e da Violência entre os Diferentes Poderes no Centro de Moçambique (Séculos XVIII e XIX)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.90.

“graças ao apoio dos portugueses, nomeadamente ao arsenal oferecido, que conseguiu subir ao trono”. Efetivamente, entre Mawewe que assumiu o poder, associado ao direito consuetudinário zulu (grupo etnocultural ao qual pertencia sua mãe e que previa a passagem do poder ao filho da mulher para cujo casamento todo o povo havia contribuído); e Muzila, filho mais velho da primeira mulher que, segundo o direito tsonga ao qual estava filiada sua mãe, era o herdeiro legítimo, uma série de conflitos e enfrentamentos passou a ocorrer, estendendo-se ao menos até o ano de 1865.

Em dezembro de 1861, no entanto, após sucessivas negociações intermediadas por Diocleciano Fernandes das Neves, comerciante de marfim, o governo português de Lourenço Marques passou a apoiar Muzila. A aproximação ocorria em meio à instabilidade e as incertezas geradas pela guerra sucessória e ao descontentamento quanto aos impedimentos que eram estabelecidos por Mawewe no acesso aos seus domínios.

Formalizada em 01 de dezembro de 1861, quando Muzila esteve no presídio de Lourenço Marques, a ajuda portuguesa na guerra converteu-se, como contraponto, na assinatura de um Tratado de Vassalagem.³¹ Ao assegurar o livre acesso dos portugueses às terras de Gaza, a instalação de postos militares, a cobrança de impostos e o pagamento de um tributo ao rei de Portugal, o documento convertia Muzila em “*regulo tributário e súbdito da Coroa Portuguesa*”, com deveres irrestritos de “*respeito*” e “*acatamento*”. E revelava como o pedido de ajuda havia sido interpretado pelas autoridades portuguesas como um ensejo que garantiria um controle mais efetivo sobre as terras do Reino de Gaza.

Nos anos seguintes e no entender português, entretanto, os “deveres” não foram cumpridos, de modo que a divergência entre o compromisso firmado e a disposição de Muzila passou a se traduzir em expressões como “traidor e ingrato”, que qualificavam seu caráter e atrelava-o, afinal, à natureza ardilosa dos africanos em si.

Em um relatório de Antonio Maria Cardoso, chefe de uma expedição “*às terras do regulo Muzila*”, apresentado ao governador geral da província de Moçambique, no qual relata o encontro que teve com o soberano nguni em 2 de janeiro de 1883, no entanto, sugerem que o sucessor de Manicusse interpretava de modo distinto dos portugueses as negociações de dezembro de 1861:

³¹ Arquivo Histórico Ultramarino/Sala de Leitura Geral/Caixa SEMU/Direção Geral do Ultramar/Moçambique/1862/Pasta 28/AHU-ACL-SEMU-DGU/Nv.1310.

Passou a lembrarem se lhes os acontecimentos de 1861 e o tratado de Lourenço Marques, que confirmou, negando só tel-o assignado. (...) Ao dizer-lhe que o Rei de Portugal desejava o socego das suas terras fez novos protestos de amizade. Proseguiu-se explicando-lhe bem que o Rei de Portugal não podia contentar-se com simples protestos (...) e que por isso desejava que consentisse que nas suas terras e próximo a elle se estabelecesse uma auctoridade portugueza, a fim de tratar directamente as queixas (...). Contrariado, mostrou admiração de que só agora se lembrasse o Rei de Portugal de taes pedidos, (...) que não podia resolver questões assim tão importantes assim de repente; que precisava tempo para reflectir e que por isso viéssemos para as nossas terras e voltássemos mais tarde...³²

Se, de acordo com os documentos da época, Muzila esteve pessoalmente no presídio de Lourenço Marques em 1861 negociando a ajuda portuguesa na guerra e, a considerar que, conhecendo o conteúdo do Tratado, havia concordado em assiná-lo para recusá-lo depois, a única possibilidade era tê-lo por traidor ou ingrato. Por outro lado, é possível que, dado que o proposto nos itens não se concretizou, o acordo celebrado durante o encontro diferisse daquele que foi aprovado ou que a relação que se projetava fosse interpretada por Muzila, sobretudo, como de amizade, expressão recorrente ao longo de toda a conversa com António Maria Cardoso. Do mesmo modo, se a ajuda portuguesa teve o seu papel, também tiveram os grupos que, em Gaza, passaram a acompanhar Muzila, angariando apoios e reiterando seu direito à sucessão, por considerarem a disputa legítima.

Ainda que breve, a passagem da reportagem que condiciona a ascensão de Muzila à ajuda portuguesa porta um conjunto amplo de referências que desconsidera o que os pontos acertados no Tratado de Vassalagem de 1861 representavam para cada uma das partes envolvidas, Muzila e governo português de Lourenço Marques, assim como a dinâmica de forças que influíram na disputa sucessória. Ao distinguir o auxílio como um benefício concedido e determinante, o texto descarta a possibilidade de uma igualdade de condição entre os contratantes de um acordo, ao mesmo tempo em que superestima a antevista traição de Gungunhana, incapaz de reconhecer tamanha dívida contraída por seu pai.

De acordo com a reportagem, como “dono de um vasto império” que se estendia do vale do Zambeze ao sul de Moçambique, Gungunhana despertou a atenção de

³² CARDOSO, Antonio Maria. “Expedição às terras do Muzilla (1882).” *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Nacional, 7ª série, nº 3, 1887, p.186-187.

ingleses e colonos sul-africanos, particularmente preocupados em garantir o escoamento de matérias-primas do Transvaal pelo porto de Lourenço Marques. Nesse contexto, são apresentados Cecil Rhodes, a South African Company e “embaixadas” como responsáveis por “envenenar” a relação do soberano nguni com os portugueses.

O conjunto de referências e nomes permite identificar eventos ocorridos em 1891, quando em 20 de fevereiro, em carta ao intendente de Negócios Indígenas no Bilene, José Casaleiro d’Alegria Rodrigues, o intendente geral, José d’Almeida, comunicava que um pequeno vapor inglês acabava de entrar no rio Limpopo, “*conduzindo além d’alguns mantimentos destinados aos agentes estrangeiros que aqui se encontram, uma porção d’armas, e outros materiais de guerra com o qual o governo da Grã-Bretanha pretende presentear os vatuas*”.³³ A notícia foi recebida como assunto importante e gravíssimo e durante vários dias o então governador do distrito de Lourenço Marques, Joaquim Mouzinho de Albuquerque, tentou, em vão, impedir o desembarque das armas.

Segundo ata lavrada pelo intendente dos negócios indígenas no Bilene, agora Ignacio de Paiva Rapozo, de sessão realizada a 6 de novembro de 1891 e convocada por Gungunhana, que havia solicitado a presença de representantes dos governos de Lourenço Marques e Inhambane, as armas haviam sido prometidas em nome da rainha da Inglaterra por um inglês chamado Schultz e seriam usadas para “*repellir as aggressões de que estavam sendo alvo por parte dos regulos avassallados a Portugal, sem que, contudo, tivesse pedido protecção inglesa*”.³⁴

Aurel Schultz era delegado da British South African Company (BSAC) de Cecil Rhodes, uma companhia inglesa que em junho de 1890 iniciou um projeto de expansão, aproximando-se, nesse sentido, de Gungunhana através do envio de representantes e, posteriormente, armas e munições. A oferta provocou grande apreensão entre as autoridades portuguesas e a acusação de que o soberano nguni descumpria os termos do Tratado de Vassalagem assinado em 1885, que o reduzia à submissão e dependência e transformava a Coroa Portuguesa em autoridade suprema nos territórios de Gaza.

³³ Arquivo Histórico Ultramarino/Sala de Leitura Geral/ Caixa SEMU/Direção Geral do Ultramar/1ª Repartição/Moçambique/1891/AHU-ACL-SEMU-DGU/Nº de ordem:1333/Pasta 13.

³⁴ Ibidem.

A argumentação que, como vassalo de Portugal, Gungunhana descumpria a palavra dada ao aceitar a aproximação inglesa e as armas que lhe eram oferecidas pautava-se na interpretação do Tratado de Vassalagem de 1885 como um documento válido, aceito pelo soberano nguni. Mas as fontes dos anos seguintes mostram que o sucessor de Muzila não o ratificou, seguindo, por isso, como um texto meramente formal, que projetava um domínio português efetivo em Gaza, mas se mostrava incapaz de assegurá-lo.³⁵

Se, por um lado, o compromisso referido como plenamente ajustado não se confirmava na prática, por outro, a observação de Gungunhana de que as armas serviriam para “*repellir as aggressões de que estavam sendo alvo por parte dos regulos avassallados a Portugal*” sugere que, a despeito da ação estrangeira, uma situação de conflito encontrava-se em curso.³⁶ Assim, se o ataque à linha dos caminhos-de-ferro, em 1894, deve ser interpretado na esteira de conflitos que marcavam a relação entre Gaza e Portugal, também a recusa de Gungunhana em entregar os responsáveis está relacionada ao esforço de se manter reconhecido como autoridade maior em seus territórios, pois antes de “vassalo de Portugal” era soberano de Gaza.

À parte a sequência que, nesse contexto, a reportagem apresenta como “Expedição punitiva”, uma última questão deve ser tratada – a da “captura em Chaimite”. De acordo com o texto da reportagem, e a versão inaugurada com a “Geração de 1895”,³⁷ Gungunhana encontrava-se desaparecido desde a batalha de Magul, “*enquanto que, do lado português, a campanha para tentar apanhar o ‘Leão de Gaza’ continuava*”. Até um dia no qual, revelado que “*Gungunhana está escondido em*

³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino/Sala de Leitura Geral/Caixa SEMU/Direção Geral do Ultramar/ 1ª Repartição/Moçambique/1886/AHU-ACL-SEMU-DGU/nº de ordem: 1329/Pasta 8.

³⁶ “*Régulos avassallados a Portugal*” era a forma como os portugueses se referiam às autoridades africanas consideradas avassaladas, em geral de povoações próximas aos núcleos de ocupação portuguesa e que, em troca de proteção e da promessa de um tributo menor, ou mesmo isenção, em relação ao que pagavam ao soberano nguni, se comprometiam, “*a dar todo o auxilio possivel aos negociantes e outros individuos que percorram as suas terras (...); prestar-nos auxilio gratuito de gente de guerra e carregadores; conservarem os caminhos transitaveis; fazerem resolver em ultimo recurso, pelas nossas auctoridades, as suas questões...*”. Negociações frequentes entre as autoridades portuguesas e o soberano nguni buscavam acomodar os interesses mútuos através de contrapartidas, de modo que muitas dessas populações passaram a ser reconhecidas sob a esfera da Coroa Portuguesa, o que não evitava, de todo, os conflitos.

³⁷ “Geração de 1895” é como se tornou conhecido o grupo formado pelos que participaram da campanha contra Gaza, como António Ennes, Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, Aires de Ornelas, Freire de Andrade, Eduardo da Costa e Caldas Xavier, que marcou “*a produção de ideologia em matérias coloniais nos anos seguintes, justificando a utilização da força para submeter as raças ‘atrasadas’ ou ‘inferiores’, no âmbito das teses do darwinismo social, introduzidas em Portugal na década de oitenta.*” VALENTIM, op. cit., p.182.

Chaimite, panteão vátua, onde se encontram enterrados o seu avô, Manukuse e o seu pai, Muzila”, Mouzinho percebe “*que tem de agir rapidamente*” e, mesmo sem tropas para “*empreender um ataque massivo ao último reduto vátua*”, surpreende Gungunhana, amarra suas mãos e, à força, faz sentar-se no chão como “*senal de submissão*”. A ação que envolve a prisão de Gungunhana firma-se, assim, sobre dois pontos principais: a fuga para Chaimite e a ação imprevista e destemida de Mousinho.

Em Gaza, Chaimite era a povoação sagrada: era aí que, após sucessivos deslocamentos pelo sul de Moçambique, Manicusse havia se fixado e encontrava-se enterrado, junto às esposas. Como, entre os ngunis, sempre que um chefe herdava um cargo partia da povoação do falecido antecessor e, com seus dependentes, fundava a sua própria ou estabelecia-se definitivamente em uma pré-existente, seu filho Muzila mudou-se algumas vezes até estabelecer-se em Ndwengo, ao passo que Gungunhana se manteve em Mossurize até transferir-se, em 1889, para Manjacaze.³⁸

A povoação do *inkosi* mantinha-se, no entanto, sempre ligada à de seu antecessor, pois se a nova instalação simbolizava a transmissão completa do poder e a ordem restabelecida, a antiga se mantinha como guardiã a proteger e a seguir de perto os destinos do reino. Sobrevivendo à morte física, o espírito conservava as características e qualidades pessoais nessa nova existência e ocupava a mesma posição relativa que havia tido em vida, mas dentro de uma ordem de senioridade. Autônomo em relação à materialidade do corpo, mantinha-se ligado ao local que havia habitado e aos membros vivos de sua família, embora essa associação, apesar de íntima, dependesse da correta realização de cerimônias e do cumprimento e observância de ritos com que se procurava invoca-lo e reverencia-lo.³⁹

Chaimite representava, dessa forma, o espaço etéreo de invocação a Manicusse e de imersão em sua força vital como ancestral associado à origem de Gaza. Era segundo os seus desígnios e sob o seu amparo que se procurava agir e é na centralidade desse princípio atemporal de autoridade que Gungunhana buscava não apenas refúgio e orientação, mas obstar desequilíbrios e restabelecer o fluxo contínuo e imperecível da existência.⁴⁰

³⁸ RITA-FERREIRA, op. cit., p.133; 143 e 152.

³⁹ Ibidem, p.119 e 223.

⁴⁰ Ibidem, p.178.

Assim, a dramaticidade atribuída à fuga e à “*campanha para tentar apanhar o Leão de Gaza*” contrasta com o encontro de Gungunhana em povoação tão sacralizada e interligada aos seus domínios quanto conhecida das autoridades portuguesas – de “posse” da informação, Mousinho não hesita em seguir para o “*panteão vátua*”, como diz o texto da reportagem – e não em outro esconderijo qualquer, secreto e de difícil acesso. É possível que, ao refugiar-se em Chaimite, Gungunhana não buscase, necessariamente, fugir dos portugueses, e sim religar-se aos seus antepassados, restabelecendo o vínculo com a fonte de seu poder.

A análise da relação entre os soberanos de Gaza e as autoridades portuguesas em Moçambique mostra, assim, um descompasso com o sentido, imanente à reportagem, de um contato harmônico, marcado pela confluência de interesses, e por um sentido linear de desenvolvimento do colonialismo português, só alterado por forças e disputas estrangeiras. Nesse contexto, a fórmula “*esta é a verdade de 1895*” surge então mais como um esforço de compilar ações de modo a enaltecer o passado português e reabilitá-lo, do que como a tradução de uma experiência concreta e “*compartilhada*”, de “*territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas*”, que se caracterizou, sobretudo, por interferências e influências mútuas.⁴¹

Bibliografia

FORTES, M; EVANS-PRITCHARD, E. E. **Sistemas Políticos Africanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

FRY, Peter (org.) **Moçambique: Ensaios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

NEVES, Diocleciano Fernandes das; ROCHA, Ilídio. **Das Terras do Império Vátua às Praças da República Bôer**. Lisboa: D. Quixote, s/d.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique: Formação e Oposição (1854-1918)**. Lisboa: Estampa, 2000, vol. 1; 1998, vol. 2.

RANGER, Terence O. “Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista.” In: In: KI-ZERBO, J. (coord.) **História Geral da África**. São Paulo: Unesco/Ática, 1980, vol. VII: A África sob dominação colonial (1880-1935), pp.69-86.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecoss do Atlântico Sul: Representações sobre o Terceiro Império Português**. São Paulo, tese de doutorado, 1997.

⁴¹ SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p.33.